

A CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL E SUA DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA

KAREN NUNES MONTES D'OCA^{*}
REJANE ROSARIA GRECCO DOS SANTOS^{**}
RITA DE CÁSSIA GRECCO DOS SANTOS^{***}

RESUMO

O texto enfatiza um preâmbulo sobre a diversidade epistemológica no campo da Psicologia Social, pois, diferentemente da resposta dos positivistas, é a resposta dada pelos psicólogos sociais do movimento construcionista social que nosso conhecimento do mundo consiste em uma construção social, uma vez que, que tal conhecimento é limitado pela linguagem do contexto em que se produz, bem como pela nossa concepção de realidade. Nessa esteira, não podemos falar de verdade dos fatos, e sim de versão dos fatos. Fatos estes que estão impregnados de nossos valores. É por acreditar que os conhecimentos produzidos envolvem decisões éticas e políticas feitas pelo pesquisador, frente às vicissitudes de seu tempo, que a produção do conhecimento extrapola o domínio da técnica. Precisamos levar em conta principalmente o impacto social do conhecimento que produzimos. Concluímos que um aprofundamento das discussões sobre a história, embora na condição de preâmbulo, constitui-se num desejo de rememorar um compromisso ético e político, sendo oportuno e viável através do estudo da epistemologia.

Palavras-chave: Psicologia Social; Epistemologia; História da Psicologia.

ABSTRACT

THE CONSTITUTION OF SOCIAL PSYCHOLOGY AND ITS DIVERSITY EPISTEMOLOGICAL

The text emphasizes a preamble on the epistemological diversity in the field of social psychology, because, unlike the response of the

^{*} Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Especialista em Filosofia pela UFPEL e graduada em Psicologia pela UCPEL. E-mail: karennunesdoca@gmail.com

^{**} Mestre em Psicologia pela PUCRS, Especialista em Gestão Educacional pela UFPEL, Especialista em Saúde da Criança pela UFPEL e graduada em Psicologia pela UCPEL. E-mail: rejanegrecco@ymail.com

^{***} Doutora em Educação – Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE-FaE/UFPEL. Professora do Instituto de Educação – IE/FURG e do – PPGH/FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br



positivists, is the answer given by social psychologists social constructionist movement that our knowledge of the world consists of a social construction, since that such knowledge is limited by the context of the language in which it produces and by our conception of reality. On this track, we can not speak of true facts, but version of the facts. Facts these that are impregnated with our values. It is believe that the knowledge produced involve ethical and political decisions made by the researcher, facing the vicissitudes of his time, that the production of knowledge goes beyond the technical domain. We need to take into account especially the social impact of knowledge we produce. We conclude that a deepening of discussions about history, although the preamble condition constitutes a desire to recall an ethical and political commitment, and timely and viable through the epistemology study.

Key words: Social Psychology; Epistemology; History of Psychology.

Aquilo que consideramos como experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido. O que consideramos conhecimento do mundo não é um produto da indução, ou da construção e avaliação de hipóteses gerais (KENNETH GERGEN, 2009, p. 301).

Kenneth Gergen, um dos mais relevantes psicólogos sociais, se posiciona a favor de uma produção de conhecimento comprometida ética e politicamente com os efeitos de seu fazer na sociedade (GERGEN, 2008, p. 2009). Assim como ele, muitos outros importantes pesquisadores da disciplina, como Tomás Ibáñez, Lupiciniolñiguez e Sílvia Lane, começaram a publicar, nas décadas de 1960 e 1970, estudos que denunciavam a falsa neutralidade científica.

A concepção de Gergen sobre o conhecimento suscita uma importante questão para a reflexão sobre as condições de possibilidade de construção do conhecimento em Psicologia Social: É possível um conhecimento do mundo que explique o comportamento humano em sua essência e que diga uma verdade inquestionável e atemporal sobre os fatos?

A primeira vista pode até parecer uma indagação ingênua, mas quase todos os pesquisadores em Psicologia Social respondem-na implícita ou explicitamente em sua produção. Acreditamos que há diferentes respostas para essa questão, entretanto, nos deteremos em duas respostas que nos parecem antagônicas.

A primeira resposta à indagação, dada pelos psicólogos

sociais que acreditam cegamente na verdade científica, é ados chamados positivistas. Para esses, existem leis invariáveis que explicam o comportamento humano. Além disso, eles também acreditam que a função da ciência consiste em descobrir estas leis através de procedimentos ditos objetivos.

No entanto, diferente da resposta dos positivistas, é a resposta dada pelos psicólogos sociais do movimento construcionista social, com a qual compartilhamos, pois acreditamos que nosso conhecimento do mundo consiste em uma construção social, já que tal conhecimento é limitado pela linguagem do contexto em que se produz, bem como pela nossa concepção de realidade. Nessa esteira, não podemos falar de verdade dos fatos, e sim de versão dos fatos. Fatos estes que estão impregnados de nossos valores.

É, pois, consequência desse modo de ver os conhecimentos do mundo que escrevemos este texto. É por acreditar que os conhecimentos produzidos envolvem decisões éticas e políticas feitas pelo pesquisador, frente às vicissitudes de seu tempo, que a produção do conhecimento extrapola o domínio da técnica (GERGEN, 2009). Essa escolha precisa ser cada vez mais pensada e problematizada e para fazê-la não podemos pensar apenas em nosso currículo ou em qual tema é mais fácil para se investigar.

Precisamos levar em conta principalmente o impacto social do conhecimento que produzimos. Não podemos mais dizer que somos vítimas do tempo ou que desconhecíamos as consequências de nosso fazer. Se considerarmos apenas a História da Psicologia no Brasil, são mais de 50 anos desde a oficialização da profissão e, por conseguinte há muitas coisas para comemorar.

Contudo, há também vários acontecimentos que não fazem com que nos orgulhemos ou comemoemos. Dentre eles podemos citar a estreita relação de muitos psicólogos com a ditadura militar como nos conta Coimbra em seu livro “Guardiões da ordem - uma viagem pelas práticas psi no Brasil do ‘Milagre’”, publicado em 1995.

Assim, conhecer a História da Psicologia Social pela perspectiva da diversidade epistemológica permite que façamos a escolha pelos termos com os quais entendemos o mundo de forma menos ingênua, pois como alerta Coimbra (2012), somos nós que fazemos a história. Façamo-la então com responsabilidade e que comece por assumir nossos atos e os impactos causados por eles. O conhecimento histórico abre um leque de possibilidades a fim de desessencializar algumas práticas sociais tidas como única verdade.

É o desconhecimento da história de uma disciplina o principal

desencadeador de automatismos ingênuos e de verdades entoadas *ad nauseum*. Do modo como percebemos, o que está em jogo no fazer pesquisa não é meramente um “domínio” sobre o conhecimento, pois envolve decisões concernentes ao contexto social, político e econômico a que este fazer acontece.

Na Psicologia Social dispomos, atualmente, de várias obras que descrevem a história da disciplina através de seus pesquisadores mais importantes. Assim, utilizamos as publicações de alguns destes historiadores a fim de mostrar que tanto na constituição da disciplina como em seu desenvolvimento no Brasil nunca houve um consenso entre os pesquisadores.

Para tanto, decidimos tornar mais evidente o conflito entre as diversas epistemologias utilizando a estratégia de Farr e Álvaro e Garrido, assim, trabalharemos com duas concepções de Psicologia Social: a psicológica e a sociológica. Entretanto, cabe esclarecer, que esses termos, psicologia social psicológica e psicologia social sociológica, foram criados pelos historiadores para tentar demarcar as diferenças entre os psicólogos sociais.

Neste texto apresentamos um preâmbulo sobre a diversidade epistemológica no campo da Psicologia Social. Embora a maioria dos manuais de introdução à Psicologia conceba a Psicologia Social como uma simples interação da Psicologia (indivíduo) com a Sociologia (sociedade), percebe-se que mesmo no contexto da hegemonia do paradigma positivista de ciência não havia consenso epistemológico. A Psicologia Social surgiu entre final do século XIX e o início do século XX, mas o auge de seu desenvolvimento foi na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Farr (2000), defende a tese de que a Psicologia Social foi fortemente influenciada pelo contexto em que se produziu como ciência. O autor sustenta que embora a Psicologia Social tenha surgido como ciência independente nos Estados Unidos, suas raízes são encontradas na Europa. Para Farr, a Psicologia Social tem origem nos estudos comparativos que Wundt (1832-1920) desenvolveu acerca da Psicologia dos Povos, *Völkerpsychologie*, na Universidade de Berlim, entre 1900 e 1920.

A Universidade de Berlim pertencia à universidade moderna, na qual havia formas rivais de “ciência”, *Wissenschaft*: as “ciências naturais”, *Naturwissenschaften*, e as “ciências do espírito”, *Geisteswissenschaften*, ou seja, as ciências humanas ou sociais. Esta separação das ciências levou Wundt a separar sua psicologia experimental de sua psicologia dos povos (FARR, 2000).

Ademais, como nos conta Farr (2000), segundo Wundt, os

objetos de estudo são diferentes, a psicologia experimental estuda o comportamento que é passível de ser observado e quantificado, logo, pertence às ciências naturais. Já a psicologia dos povos, a *Völkerpsychologie*, estuda as origens da mente pela língua e a cultura, as quais pertencem às ciências humanas e sociais.

Wundt afirmava não ser possível estudar os fenômenos mentais mais profundos com o método experimental, pois a mente individual é produto do contexto cultural, fato que para ele impossibilitaria seu estudo no laboratório (ÁLVARO; GARRIDO, 2007).

As gerações seguintes de experimentalistas europeus, principalmente Külpe e Ebbinghaus, contestaram a afirmação de Wundt sobre a impossibilidade de estudar os fenômenos mentais com o método experimental. Eles acreditavam que o corpo humano delimitava o objeto de estudo da Psicologia. Assim, Külpe estudou o pensamento sem imagem e Ebbinghaus a memória. Ambos pesquisadores foram responsáveis pelo reducionismo do projeto wundtiano pois não se tratava mais de estudar os fenômenos mentais como Wundt havia proposto, mas o organismo (FARR, 2000).

Com esta substituição de objeto de estudo a Psicologia Social torna-se uma ciência natural, deixando de estar vinculada à Filosofia e passando a se conectar à Biologia. Portanto, as posições assumidas pelas novas gerações de experimentalistas foram cruciais para o esquecimento da Psicologia Social de Wundt.

Já nos Estados Unidos podemos identificar que o paradigma positivista encontrou solo fértil somado a ideologia individualista. Na primeira metade do século XX, no campo da Psicologia Social ocorreu o mesmo fenômeno de substituição do objeto de estudo. Porém, desta vez o protagonista foi o norte-americano Flody Allport (1890-1978) que publica *Social Psychology* (1924) tornando ciência experimental e comportamental o que Wundt tratava como ciência da mente.

Flody Allport delimita o campo da Psicologia Social na medida em que relaciona behaviorismo e individualismo, utilizando argumentos reducionistas como: a realidade última é o comportamento; só os indivíduos se comportam; uma multidão não possui sistema nervoso central, logo, a consciência é individual. Também se encontra perpetuado o paradigma positivista na Psicologia Social cognitivista proposta pelo irmão de Flody Allport, Gordon Allport, o qual individualizou os conceitos de atitude e de personalidade.

As teorias dos irmãos Allport integram o rol das psicologias sociais psicológicas, caracterizadas por possuírem um aspecto empírico e individualizante, as quais vão ao encontro da Psicologia Cognitiva, pois tendem a utilizar predominantemente metodologias

experimentais. As psicologias sociais psicológicas têm por objetivo analisar e explicar as influências do meio social e avaliar e promover o ajustamento do indivíduo na sociedade.

Trata-se aqui de uma perspectiva adaptacionista, de origem estadunidense, fundamentada a partir do Behaviorismo e da Gestalt. Entretanto as raízes destas teorias encontram-se na Alemanha, como vimos anteriormente, com o surgimento da universidade moderna e seu “modelo laboratorial” de ciência. Modelo este que encontrou solo fértil na ideologia individualista norte-americana (FARR, 2000).

Entretanto a aceitação norte-americana desta Psicologia Social cientificista não se deve apenas a convergência entre um modelo de sociedade individualista e uma ciência reducionista, mas, sobretudo, ao aparato técnico que esta Psicologia Social ofereceu tanto durante a Segunda Guerra Mundial como no período pós-guerra (FARR, 2000).

Em contraposição as psicologias sociais psicológicas, existem ou existiram psicologias sociais que advieram de teorias de autores diferentes, tais como o interacionismo simbólico de Mead (1863-1931) na sociologia americana, influenciado pela *Völkerpsychologie* de Wundt e pelas ideias evolucionistas de Darwin (1809-1882), e a teoria das representações sociais de Moscovici (1925) na França, a qual tem inspiração na sociologia de Durkheim (1858-1917), e a não mais existente psicologia comparativa, todas estas teorias apresentadas constituem as Psicologias Sociais Sociológicas.

Para Álvaro e Garrido (2007), os enfoques que aproximam a Psicologia Social de uma abordagem sociológica surgem da possibilidade de se conceber uma visão evolucionista da sociedade partir de um olhar histórico sobre ela; da ideia de interdependência entre os membros participantes da sociedade; da adoção de um ecletismo metodológico e a percepção dialética de que a realidade social é construída por atores sociais e se constroi deles.

Estas teorias encontraram mais receptividade no contexto europeu em que é possível notar uma preocupação maior com temas relacionados aos processos grupais e socioculturais, os quais sempre estiveram na base das preocupações da Psicologia Social Sociológica.

Contudo, alguns autores discordam da ideia que o início de uma disciplina deva-se a um fundador, pois para estes uma disciplina se torna independente no momento em que for publicado o primeiro manual com seu nome (ÁLVARO; GARRIDO, 2007).

No caso da Psicologia Social aconteceu em 1908, com a publicação de *Social Psychology* de Edward Ross (1866-1951), sociólogo americano, e *An Introduction to Social Psychology* de

William McDougall (1871-1938), psicólogo britânico. Ross, de orientação sociológica, fazia referência a conceitos como mente coletiva, costumes sociais, opiniões sociais e conflitos. McDougall referia que as características sociais e o comportamento se baseavam na natureza biológica, ou seja, que grande parte do comportamento humano é de origem instintiva, ideia em que a psicologia social se apoiou em seu desenvolvimento.

Portanto, mesmo na hipótese de considerarmos que o nascimento da Psicologia Social acontece com a publicação de um manual, também, nesta hipótese, parece haver uma oposição de concepções (FARR, 2000).

No Brasil, a Psicologia Social começou um pouco mais tardado que na Alemanha e nos Estados Unidos (BONFIM, 2004). Foi só na década de 1930 que surgiram os primeiros cursos superiores em Psicologia Social, cabendo ao médico Raul Carlos Briquet o pioneirismo docente. O curso de Briquet foi ministrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933.

Desse curso resultou uma publicação do primeiro livro acadêmico da área no Brasil, intitulado *Psicologia Social*, editado em 1935. O livro foi estruturado em duas partes: a primeira tratava das contribuições da Sociologia, Biologia e Psicologia; a segunda, denominada de especial, trazia temáticas específicas em Psicologia Social, em que o autor realizou uma análise dos fatores psíquicos que motivam o comportamento social, o instinto, o hábito, as três formas de identidade social (sugestão, imitação e simpatia), a inteligência e a vida social (BONFIM, 2004).

O segundo curso de Psicologia Social foi ministrado em 1935, pelo também médico Arthur Ramos, na Escola de Economia e Direito da extinta Universidade do Distrito Federal situada no Rio de Janeiro. Curso que resultou na publicação do livro *Introdução à Psychologia Social* (1936). Para ele, a Psicologia Social era uma disciplina entre a Psicologia e a Sociologia que necessitava de maiores delimitações do seu campo, com crescente importância, embora seus métodos e objetivos ainda não estivessem claros. Na sua visão, caberia à Psicologia Social estudar as bases psicológicas do comportamento social, as inter-relações psicológicas dos indivíduos na vida social e a influência total do grupo sobre a personalidade (BONFIM, 2004).

Tanto no Brasil como em quase toda a América Latina, até o início dos anos 1960, predominavam as teorias da Psicologia Social Psicológica importadas dos Estados Unidos (BERNARDES, 1998). Esta Psicologia Social que a princípio parecia dar respostas a todos

os problemas sociais foi atravessada por uma polêmica em torno de seu caráter teórico e ideológico, ocasionando uma crise¹.

A polêmica girava em torno das críticas à Psicologia Social estadunidense ou Psicologia Social Psicológica, as quais iniciaram na França e na Inglaterra e chegaram ao Congresso Interamericano de Psicologia realizado em Miami no ano de 1976 e em Lima no Peru em 1979.

São críticas que vão se tornando mais substantivas nos congressos subsequentes, apontando, com veemência, a ausência de consonância entre a produção da Psicologia Social e os problemas emergentes dos países latino-americanos (BERNARDES, 1998). Para superar a crise, segundo Bonfim (2003), seria necessário buscar uma maior e mais cuidadosa produção de conhecimento, discutindo as questões ideológicas, elucidando os conflitos sociais, analisando as diferenças individuais, grupais e comunidades e questionando seu papel político.

Como uma alternativa à crise e na busca de um projeto de Psicologia Social que rompesse com a condição colonialista, na década de 1970 (FERREIRA, 2011), os psicólogos sociais latino-americanos se organizaram e fundaram a ALAPSO (Associação Latino-Americana de Psicologia Social), com o objetivo de transformação social. Porém, as ambições da Associação foram logo frustradas, pois psicólogos sociais experimentais como Aroldo Rodrigues e Jacobo Varela contribuíram para que ela perpetuasse o predomínio das políticas científicas da Psicologia Social Psicológica (BERNARDES, 1998).

Logo, houve vários movimentos contrários, como por exemplo: a criação da AVEPSO (Associação Venezuelana de Psicologia Social) e a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social). A ABRAPSO foi fundada em 1980 com os seguintes objetivos: redefinir o campo da Psicologia Social, descobrir novos recursos metodológicos, propor práticas sociais,

¹ A crise de caráter internacional nas ciências, na década de 1970, residiu no questionamento da concepção positivista de ciência, ou seja, foram questionadas a crença na objetividade do conhecimento científico e a ideia da existência de um método comum a todas as ciências. Estas críticas foram levantadas especialmente por Kuhn, Lakatos e Feyerabend, os quais defenderam a importância dos determinantes históricos e sociais no desenvolvimento da ciência. Segundo Minayo, os movimentos feminista e ambientalista deram importante contribuição, pois "[...] na onda desses dois movimentos, algumas teorias começaram também a criticar o excesso de racionalismo do campo científico, os conceitos de neutralidade e a tese da objetividade absoluta como critério de verdade" (MINAYO, 2010, p. 438).

construir um referencial teórico com outros princípios epistemológicos e, principalmente, a transformação social (BERNARDES, 1998).

Nesta época, o Brasil ainda estava mergulhado na ditadura militar pois o estado democrático de direito só foi promulgado em 1988. Participaram da fundação desta Associação muitos psicólogos sociais críticos a Psicologia Social positivista, dentre eles, Sílvia Lane, que junto com Wanderley Codo, organizaram em 1984 o livro “Psicologia Social: o homem em movimento”. Este livro foi um marco na história da disciplina no Brasil visto que os autores colocam claramente o rompimento com as teorias positivistas produzidas nos Estados Unidos (BERNARDES, 1998).

Podemos dizer que no Brasil tivemos representantes tanto das duas formas da Psicologia Social: a psicológica e a sociológica. A primeira representada por Aroldo Rodrigues, psicólogo social positivista, que publicou o livro “Psicologia Social” em 1972, obra na qual reedita os ideais dos irmãos Allport.

Ele também foi responsável pelo desenvolvimento de uma linha de pesquisa em Psicologia Social psicológica no país (FERREIRA, 2011). A sociológica, pode-se dizer que seja representada por Sílvia Lane, pois sua proposta de uma Psicologia Social crítica está em muito embasada nos psicólogos sociais europeus que valorizavam o estudo da cultura e da História na disciplina. Desse modo o Brasil, especialmente entre os anos 70 e 90, foi palco de discussões acirradas entre estas duas formas de Psicologia Social principalmente quando os protagonistas desses embates eram Lane e Rodrigues.

Pelo que percebemos, era um contexto em que as ideologias eram expostas de um jeito muito cru e, porque não dizer, corajoso. Talvez isso se deva a uma vontade de liberdade de expressão limitada pelas décadas de ditadura ou, o contrário, talvez tenha sido a ditadura a propulsora de um feroz desejo de falar e de lutar.

Àfora elucubrações das possíveis causas, o que realmente é interessante notar é que entre as décadas de 70 e 90, tivemos discussões que não eram veladas pela pseudo neutralidade científica e, por isso, conseguiam realizar um debate honesto sobre a epistemologia na Psicologia Social porque o que estava em discussão eram os compromissos éticos e políticos do pesquisador da disciplina.

Desvendar, conhecer esta história, embora na condição de preâmbulo, é desejar revitalizar um compromisso ético e político em nossa escolha epistemológica. Entretanto, não queremos dizer, que esses pesquisadores tinham a “fórmula perfeita” de fazer Psicologia

Social e que temos que perpetuar seus modelos, não! Ensejamos dizer que a história nos provoca, nos convoca a ousar pensar diferente e sem tanta ingenuidade.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia Social – Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. Trad. Miguel Cabrera Fernandes. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BERNARDES, J. S. História. In: STREY, M. N *et al. Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.19-35

BONFIM, E. M.. Contribuições para a história da Psicologia Social no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; ROCHA, M. L.; MANCEBO, D. *Psicologia Social: Relatos na América Latina*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p.123-144

_____. Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.16, n 2, p.32-36, 2004.

COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da ordem - Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

_____. Fazendo História. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREMZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C(orgs.). *Clio-Psyché Hoje - Fazeres e dizeres psi na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. VI-X. Disponível em:

<<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=256>>.

Acesso em: 02 abr./2014.

FARR, R. *As raízes da Psicologia Social moderna*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, M. C. Breve história da moderna psicologia social. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 13-30.

GERGEN, K. J. A Psicologia Social como história. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n.3, p.475-484, 2008.

_____. O movimento do construcionismo social na Psicologia moderna. *INTERthesis*, v.6,n.1, p. 299-325, 2009.

MINAYO, M. C. S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 22 abr./2014.